

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER Nº 508-2024

PROCESSO ELETRÔNICO 2835-24-IBR-CLI

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA LOCUÇÃO DOS EVENTOS DO NATAL 2024. DEMANDA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E DESPORTO - SECTD. CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Trata-se de pedido de parecer jurídico em processo de contratação em que se requer a aplicação do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, contratação direta por Dispensa de Licitação, em valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Trata-se de processo eletrônico de contratação, tendo como origem a Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD, que solicita a contratação de locutor para os eventos natalinos de 2024, para os dias 20, 21 e 24 de dezembro de 2024, por meio do Documento de Formalização de Demanda nº 124/2024, dando conta da necessidade da contratação.

Constam em anexo aos Autos do Processo Digital 2835-24-IBR-CLI os seguintes documentos:

- Documento de Formalização de Demanda nº 124/2024, oriundo da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD, dando conta da necessidade e solicitando a contratação profissional para prestação de serviços de locução de eventos;
- Estudo Técnico Preliminar, com informações relativas à contratação e dando conta do valor da contratação, prevista em R\$ 4.190,00 (quatro mil cento e noventa reais) para os 03 dias de eventos;

- Proposta/Orçamento da empresa Estrela Show e Eventos, inscrita no CNPJ nº 10.312.505/0001-45, no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);
- Proposta/Orçamento da empresa Izaquiel Rodrigues Ruschel, inscrita no CNPJ nº 27.206.430/0001-10, no valor de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais);
- Proposta/Orçamento da pessoa física Anselmo Tadeu dos Ribeiro, inscrita no CPF nº 281.430.000-87, no valor de R\$ 4.190,00 (quatro mil cento e noventa reais).

O objetivo é a contratação da empresa da pessoa física Anselmo Tadeu dos Ribeiro, inscrita no CPF nº 281.430.000-87, no valor de R\$ 4.190,00 (quatro mil cento e noventa reais), para a locução dos eventos nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2024, constando dos Autos sua documentação de habilitação, a qual cumpre os requisitos legais.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

Com efeito, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No que tange à contratação pretendida, a Lei nº 14.133/2021 (atualizada pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023) prevê a hipótese de Contratação Direta, na modalidade de Dispensa de Licitação, limitado ao valor de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), **não havendo nos Autos informação de que já tenha sido ultrapassado o limite para o objeto em tela.**

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Além da previsão do contido no artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, é obrigatório o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da citada Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Analizados os documentos constantes no presente **Processo Eletrônico**, constata-se que houve o cumprimento dos requisitos legais e obrigatórios.

Consta nos autos Documento de Formalização da Demanda, que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII), constando dos Autos a Reserva de Dotação orçamentária no Projeto/Atividade 2010 (Festividades e Eventos do Município), Despesa 3.3.90.36 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA), Recurso 1 (Livre - Impostos), FR 500 (Recursos não Vinculados de Impostos).

O documento (Reserva de Dotação Orçamentária) demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado (orçamento, documentos de habilitação e certidões de regularidade fiscal), ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço e devida habilitação técnica, havendo informação dos Autos de que o contratado já prestou serviços ao município, para a mesma atividade, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração expressa da Secretaria solicitante.

Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 18 de dezembro de 2024.



Luiz Felipe Waihrich Guterres
Assessor Jurídico – OAB/RS 86.826



ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 6762-cb40-536d-5500-0852-6436

Assinado por **Luiz Felipe Waihrich Guterres** em 18/12/2024 às 10:16:57
Identificador Único: **6A3osaVSdp9Kt52gxjTCaw**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://ibiruba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=6762-cb40-536d-5500-0852-6436>
